

EDUCAÇÃO COMO SOCIALIZAÇÃO

META

Discutir a relação entre Cultura, Socialização e Educação.

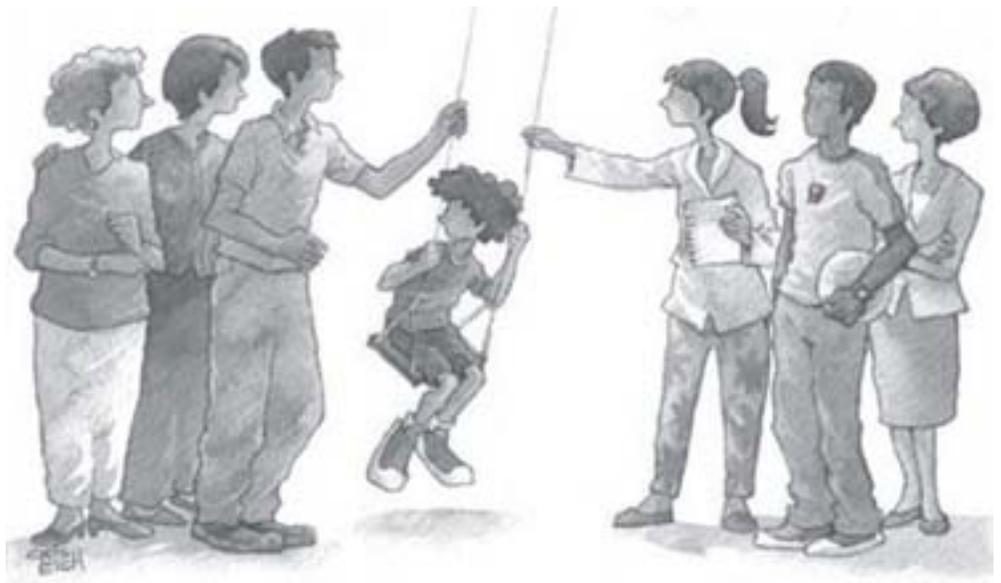
OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

ser capaz de entender a relação entre Cultura e Educação; compreender como a escola transmite valores culturais que variam em contextos sociais diferentes.

PRÉ-REQUISITOS

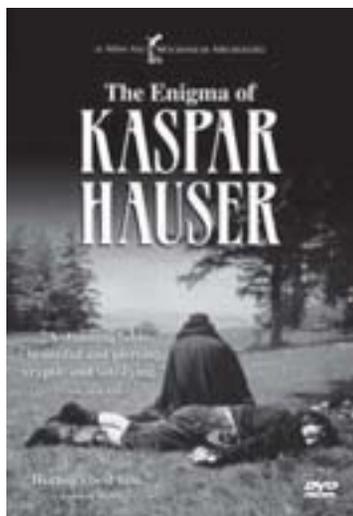
Domínio dos conceitos de socialização, cultura, papéis sociais e instituições sociais.



(Fonte: <http://revistaeducacao.uol.com.br>).

INTRODUÇÃO

Em 1975, o diretor de cinema Werner Herzog lançou o filme *O Enigma de Kaspar Hauser*. Esse filme conta, a partir de registros históricos [Kaspar Hauser nasceu provavelmente em 30 de Abril de 1812 e faleceu em 17 de Dezembro de 1833 em Ansbach, Mittelfranken], a história de um jovem encontrado perdido numa praça da cidade de Nuremberg, em 1828. Ele não falava e não conseguia ficar em pé. Hauser passou os primeiros anos de sua vida aprisionado numa cela, não tendo contato verbal com nenhuma outra pessoa, fato esse que o impediu de adquirir uma linguagem. Porém, logo lhe foram ensinadas as primeiras palavras, e com o seu posterior contato com a sociedade ele pôde, paulatinamente, aprender a falar, da mesma maneira que uma criança o faz. Afinal, ele havia sido destituído somente de uma língua, que é um produto social da faculdade de linguagem, não da própria faculdade em si. A exclusão social de que foi vítima não o privou apenas da fala, mas de uma série de conceitos e raciocínios, o que fazia, por exemplo, que Hauser não conseguisse diferenciar sonhos de realidade durante o período em que passou aprisionado. Caro aluno ou prezada aluna, o exemplo narrado aponta para a seguinte constatação: ninguém se torna humano sozinho. Não estou falando do ponto de vista biológico. Este aspecto não é objeto da Sociologia. Estou me referindo ao ser humano como ser social, capaz de produzir cultura, construções simbólicas. Nesse sentido, nossa biografia se desenvolve a partir da infância quando desenvolvemos uma interação não apenas com o próprio corpo e o ambiente físico, mas também com outros seres humanos. A biografia do indivíduo, desde o nascimento, é a história de suas relações com outras pessoas (BERGER, 1977). Neste processo, qual o papel da Educação? Na presente aula discutiremos o conceito de socialização e sua importância à tornar os indivíduos membros de uma sociedade.



SOCIALIZAÇÃO

Podemos definir socialização a partir deste trecho escrito por Peter Berger e Brigitte Berger:

“Bem ou mal, a vida de todos nós tem início com o nascimento. A primeira condição que experimentamos é a de criança. Se nos propusermos à análise do que esta condição acarreta, obviamente nos defrontaremos com uma porção de coisas que nada têm a ver com a sociedade. Antes de mais nada, a condição de criança envolve certo tipo de relacionamento com o próprio corpo. Experimentam-se sensações de fome, prazer, desconforto físico e outras mais. Enquanto perdura a condição de criança, o indivíduo sofre as incursões mais variadas do ambiente físico. Percebe a luz e a escuridão, o calor e o frio; objetos de todos os tipos provocam sua atenção. É aquecido pelos raios do sol, sente-se intrigado com uma superfície lisa ou, se tiver azar, pode ser molhado pela chuva ou picado por uma pulga. O nascimento representa a entrada num mundo que oferece riqueza aparentemente infinita de experiências. Grande parte dessas experiências não se reveste de caráter social. Evidentemente a criança não sabe estabelecer essa espécie de distinção. Só em retrospecto torna-se possível a diferenciação entre componente não-sociais e sociais de suas experiências. Mas, uma vez estabelecida essa distinção, podemos afirmar que a experiência social também começa com o nascimento. O mundo da criança é habitado por outras pessoas.” (BERGER e BERGER, 1977: 200)

Você se identificou com estas imagens? Lembrou da sua infância? Fez alguma alusão à um parente próximo, como um irmão ou irmão mais novos que você viu se desenvolver aos poucos? A partir do trecho exposto podemos afirmar que socialização é o processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser membro da sociedade. Consiste na imposição de padrões sociais à conduta individual. Através dela o organismo individual é moldado pela sociedade. O mundo exterior passa a ser visto como seu mundo. É o processo pelo qual as pessoas aprendem a sua cultura. Elas o fazem (1) adotando e abandonando uma série de papéis e (2) tornando-se conscientes de si próprias enquanto interagem com outros. Um papel é o comportamento esperado de uma pessoa que ocupa uma determinada posição na sociedade. Nossa capacidade de aprender cultura e de nos tornarmos humanos é apenas potencial. Para que ocorra, a socialização deve liberar esse potencial humano.

A parte socializada da individualidade costuma ser designada como a identidade. A identidade é atribuída e confirmada pelos outros: são os outros que nos dizem quem somos, confirmam nossa identidade. Do processo de socialização decorre a identidade cultural de um povo, de uma

sociedade. Este processo não ocorre de forma linear. Entretanto, psicólogos e sociólogos dividem a socialização em duas fases: 1) Socialização primária: processo por meio do qual a criança se transforma num membro participante da sociedade. 2) Socialização secundária: processos posteriores por meio dos quais o indivíduo é introduzido num mundo específico. Pela socialização se estabelece uma ligação entre o microcosmo individual e o macrocosmo social.

A família é o mais importante agente de socialização primária. Ela é adequada para fornecer o tipo de atenção íntima e cuidadosa necessária para a socialização primária; é um grupo pequeno e seus membros estão em contato face a face. Negligência e maus-tratos de crianças existem, mas a maioria dos pais ama os filhos e são, portanto, motivados a cuidar deles. Essas características fazem da maioria das famílias agentes da socialização ideais para ensinar às crianças pequenas coisas que vão desde a linguagem até seus lugares no mundo. A família em que a pessoa nasce também exerce uma influência relativamente duradoura ao longo da vida. A função socializadora da família era mais pronunciada há um século, em parte porque os membros adultos da família estavam mais disponíveis para cuidar das crianças de hoje.

Os demais agentes fazem parte da socialização secundária. Por exemplo, os grupos de colegas têm um papel considerável na socialização secundária. Esses consistem em indivíduos que não são necessariamente amigos, mas têm mais ou menos idade e um status semelhante. Esses ajudam crianças e adolescentes a desligar-se de suas famílias e a desenvolver fontes independentes de identidade. São influentes em relação a questões de estilo de vida como aparência, atividades sociais e namoros. Por meio destes grupos os jovens começam a desenvolver sua própria identidade, rejeitando os valores dos pais, experimentando novos elementos da cultura e envolvendo-se com várias formas de comportamentos rebeldes.

A socialização do adulto acontece ao longo da vida. Por que isso ocorre? Quatro razões podem ser apontadas. Primeiramente, os papéis adultos são frequentemente descontínuos. Isto é, expectativas contraditórias estão associadas aos primeiros papéis que assumimos em nossas vidas e aos que assumimos mais tarde. Em segundo lugar, muitos papéis adultos são, em grande medida, invisíveis. Papéis adultos são muitas vezes invisíveis para as pessoas que são muito jovens para desempenhá-los. Em terceiro, alguns papéis adultos são imprevisíveis. As pessoas sabem das mudanças dos papéis previamente mencionadas antes que elas ocorram. Por fim, estes papéis mudam à medida que amadurecemos. Forças externas ao indivíduo moldam os três tipos de mudança de papel mencionados. Esta última mudança de papel resulta principalmente de processos de desenvolvimentos interiores.

Além destes processos descritos, vale mencionar a ressocialização. Essa acontece quando agentes de socialização poderosos provocam mudanças nos valores, nos papéis e na autoconcepção das pessoas, às vezes, contra a sua vontade. Isso é perceptível em cerimônias encenadas quando alguém ingressa no exército ou em uma ordem religiosa. São os ritos de iniciação que significam a passagem do indivíduo de um grupo para outro e assegura sua lealdade ao novo grupo. Requerem que os novos membros abandonem velhas autoconcepções e assumam novas identidades. Para isso são perceptíveis três etapas: 1) negação do antigo *status* e identidade da pessoa; 2) degradação, desorientação e estresse; 3) aceitação do *status* e da cultura do novo grupo (renascimento ritual).

Em todas estas instituições sociais existem três mecanismos de socialização:

- A linguagem: meio de transmissão e retenção dos significados socialmente reconhecidos.
- Interação e identificação: aprendizado das atitudes “corretas”. A socialização ocorre quando a criança aprende a “tomar as atitudes do outro”. O processo dá-se pela observação dos “outros significativos” da criança. Com o sucesso da socialização passa-se dos “outros significativos” para o “outro generalizado”: “mamãe não quer que eu me suje/ a gente não deve se sujar”.
- Interiorização: processo por meio do qual o indivíduo interioriza os comandos e proibições de ordem moral vindos do exterior. É o nascimento da consciência.

EDUCAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

É a partir da socialização que adquirimos um capital cultural. Esse compreende o conhecimento, as habilidades, as informações sociais. Através dos processos socializadores vivenciados na Educação adquirimos o que Pierre Bourdieu conceitua como *habitus*, que, em linhas gerais, seria a internalização ou incorporação da estrutura social. É um produto da história produzido por práticas individuais e coletivas acordadas com esquemas criados. O *habitus* é tão forte que é capaz de “naturalizar” as práticas sociais. A partir da socialização vivenciada desde os primeiros anos na escola incorporamos os valores sociais como “naturais”. Deste modo, consideramos que o mundo só pode ser compreendido a partir de valores enraizados como óbvios. Pensemos, por exemplo, como ensinamos comportamentos diferenciados às crianças em relação ao movimento dos seus corpos. Você já se indagou como aprendemos pelo corpo? Podemos afirmar que a ordem social se inscreve nos corpos por meio da confrontação permanente, mais ou menos dramática, mas que sempre confere um lugar

importante à afetividade e, mais ainda, às transações afetivas com o ambiente social. As injunções sociais mais sérias se dirigem ao corpo e não ao intelecto, o primeiro tratado como um “rascunho”. O essencial da aprendizagem da masculinidade e da feminilidade tende a inscrever a diferença entre os sexos nos corpos, sob a forma de maneiras de andar, de falar, de se comportar, de dirigir o olhar, de sentar-ser etc. E os ritos de instituição constituem apenas o limite de todas as ações explícitas pelas quais os grupos trabalham para inculcar os limites sociais, ou, o que dá no mesmo, as classificações sociais, a naturalizá-las sob a forma de divisões nos corpos, as *hexis* corporais, as disposições, das quais se sabe serem tão duráveis como as inscrições indeléveis da tatuagem, e os princípios coletivos de visão e de divisão (BOURDIEU, 2001).

Tais afirmativas podem ser observadas num estudo empírico realizado pelo antropólogo José Jorge de Carvalho. No artigo *O Jogo das Bolinhas de Vidro. Uma Simbólica da Masculinidade* descreve-se em detalhe a lógica e a prática do jogo de bolinhas de gude e analisam-se alguns aspectos específicos do processo de socialização dos meninos por ele simbolizados, sobretudo a construção da identidade do gênero masculino, as relações entre os jogadores, seu universo verbal etc. O citado antropólogo nos oferece uma descrição etnográfica do jogo na cidade de Ipanema, na zona do Vale do Rio Doce de Minas Gerais, buscando penetrar, ainda que parcialmente, no seu rico simbolismo social e cultural (CARVALHO, 1987).



(Fonte: <http://4.bp.blogspot.com>)

O jogo é compreendido como um primeiro idioma de masculinidade, basicamente de origem pré-púbere, o qual, juntamente com outros idio-

mas simbólicos dessa fase, colocaria o menino, a partir dos sete anos, a caminho de tornar-se um homem adulto, seguindo os padrões de masculinidade da cultura local. Ao longo deste período, o adolescente incorpora a atitude sexual ativa e dominadora e afirma sua masculinidade. Por outro lado, o autor compara o jogo de bolinhas com a coroação da Virgem Maria, ritual destinado às adolescentes. Ao contrário do primeiro, a coroação reforçará de forma mais visível atributos ideológicos do papel feminino que serão tidos como universais: pureza vista como sinônimo de uma sexualidade feminina organicamente exercida, apenas dentro do casamento. Sendo assim, a Coroação deveria ser vista como a ritualização do controle da sexualidade feminina. O jogo transmite aos meninos a simbólica da luta pela afirmação da sexualidade ativa frente os colegas, enquanto a coroação celebra a sexualidade feminina, passiva e controlada e, antes que esta sexualidade comece a ser exercitada, a menina deve renunciar à coroação (CARVALHO, 1987).



Adolescentes vestidas de anjo na Coroação da Virgem Maria (fonte: <http://1.bp.blogspot.com>)

O estudo também aponta que há diferença entre a aquisição da masculinidade e da feminilidade. A identidade do gênero feminino é apreendida de forma imediata pela menina na vida diária, pela simples identificação afetiva com a mãe, de quem ela aprende os papéis de mulher – mãe e esposa. Em outras palavras, a feminilidade lhe é atribuída como um dado de nascimento, resultado de uma socialização direta. Já a identidade do gênero masculino tem que ser adquirida (ou conquistada) pelo menino por um processo, geralmente, muito mais complexo. Enquanto sua irmã está aprendendo a ser mãe, ele é mais propenso a sentir-se inquieto, em

busca de auto-afirmação, e busca pelos horizontais com seus pares masculinos – ele precisa competir com os outros para afirmar sua masculinidade (CARVALHO, 1987).

Nesses processos até então descritos, qual o papel da escola? Ficou evidente que a ela tem importância basilar na socialização. É o sistema escolar que define qual a cultura escolar que será transmitida aos alunos. Deste modo, estudar os processos socializadores que estão presentes neste sistema requer que se leve em consideração as relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas. A partir da relação escola e cultura é estabelecido o conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, além de um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas.

Para além dos limites da escola, a partir da socialização, pode-se identificar modos de pensar e agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização. É uma tentativa de compreensão das culturas infantis, que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares. Em suma, a socialização define uma cultura de conformidade e seria necessário estabelecer critérios, a cada período, delimitando os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível.



(Fonte: <http://www.farroupilha.com.br>)

Tomemos alguns exemplos de cultura escolar transmitidos por processos de socialização. Primeiramente a concepção de Educação proposta pelos humanistas a partir dos primórdios da Modernidade. Quem eram os humanistas? Eram um conjunto de indivíduos que no século XIV vinham se esforçando para modificar e renovar o padrão de estudos ministrados tradicionalmente nas universidades medievais (medicina; direito; teologia). Esses centros transmitiam uma concepção estática, hierárquica e dogmática da sociedade, da natureza e das coisas. Os alunos socializados nas escolas que adotaram a concepção humanista tiveram contato com a dinamização e revitalização dos estudos tradicionais, baseados no programa dos estudos humanistas, que incluíam a poesia, a filosofia, a história, a matemática e a eloquência. Os humanistas se diferenciavam pela centralização exclusiva sobre os textos dos autores da Antiguidade Clássica, com a exclusão dos manuais medievais. Buscavam raízes para a elaboração de uma nova cultura. A atividade crítica foi uma das características notáveis do movimento humanista. Esta atividade estava voltada para a percepção da mudança, para a transformação dos costumes, das línguas e das civilizações. Havia preocupação com o aqui e agora, para o mundo concreto dos seres humanos em luta entre si e com a natureza, a fim de terem um controle maior sobre o próprio destino. Na perspectiva humanista, a cultura tradicional da Idade Média, hegemônica até então, reforçava a submissão total do homem à onipotência divina, à orientação do clero; à tutela da nobreza, com a exaltação da piedade, da mansidão e disciplina. Ao contrário, os humanistas valorizavam o que de divino havia em cada homem, induzindo-o a expandir suas forças, a criar e a produzir, agindo sobre o mundo para transformá-lo de acordo com sua vontade e seu interesse.

Outro exemplo pode ser observado com a Educação proposta pelos pensadores iluministas no século XVIII. Esses defenderam, junto com a reforma política, a necessidade de uma mudança social mediada pela educação escolar e que servisse tanto aos propósitos do Estado como aos interesses individuais. Forma-se a distinção entre os letrados e os “outros” – dos não-portadores dos quesitos básicos e necessários para a vida civilizada. Os iluministas almejavam estender práticas e processos de civilização e convertê-los em objeto de interesse público a ser incorporado pelo Estado. Tudo o que parecesse bárbaro e irracional deveria refinar-se ou desaparecer. A base dos pensamentos liberais clássicos sobre o individualismo e a propriedade era a produção de uma cultura que tivesse como pressuposto a racionalização da vida social e o estabelecimento de novas relações com o trabalho. Em busca do progresso material e da reforma do Estado, os iluministas consolidaram a ideia da autonomia dos saberes frente às crenças e preconceitos. Questionavam a subordinação da educação

escolar à Igreja como instituição e a hegemonia dos dogmas religiosos sobre a razão – o que não significava necessariamente uma negação da religiosidade. Uma das condições para a autonomia seria a racionalização eficaz do Estado e de seus aparatos necessários ao ordenamento social, entre eles, a escola. À defesa das ideias de liberdade de consciência e autonomia moral por parte de liberais e iluministas se somou a contestação dos entraves educacionais da escolarização monopolizada pelas ordens religiosas. Num momento em que se propunha a reforma das instituições, a escola se destacava como espaço de difusão das ciências, dos valores nacionais e do trabalho. A escola torna-se monopolizada pelo Estado nos séculos XVIII e XIX. Nem todos os pensadores iluministas defenderam a luta pela escolarização da população pobre. Vivia-se um contexto de pouca mobilidade social, particularmente nas camadas pobres. As primeiras propostas apontavam que os pobres deveriam ser, no máximo, “melhorados”. Apesar de envolta em preconceito racial, as propostas iluministas legitimaram os princípios liberais de ascensão pelo mérito do trabalho ou do trabalho como princípio moral. Ao prescreverem a instrução elementar – ler, escrever e contar –, muitas reformas a associaram com o ensino de ofícios para exercícios de um trabalho produtivo (VEIGA, 2007).

Estes dois exemplos podem ser lidos a partir da obra de Norbert Elias, que nos apresenta importante contribuição à compreensão da relação entre Educação e cultura, sobretudo em relação às transformações na cultura ocidental entre os séculos XVI e XVIII. Em seu conhecido livro *O processo civilizador*, este sociólogo alemão demonstra que a estrutura do comportamento civilizado está inter-relacionado com a organização da sociedade sob a forma de Estado entre os séculos citados. As mudanças nos sentimentos de vergonha e delicadeza mudaram os padrões do que a sociedade exige e proíbe. Isto esteve associado ao processo de monopolização da força física pelo Estado, no momento em que deixa de ser permitido o livre uso da força física entre as pessoas. Inclusive, fez desencadear todo um movimento de contestação dos impulsos emocionais, sendo que o controle mais complexo e estável das condutas passa a ser mais instilado nos indivíduos, na busca da produção de uma “segunda natureza”. Elias aponta que cada vez mais na Modernidade é necessário tornar toda uma sociedade civilizada. Esta passa a referir-se a um padrão universal de moral e costumes (VEIGA, 2002).

Entre os séculos XVI e XVIII observa-se um lento processo de transformação dos comportamentos e hábitos, de autoregulação e de controle das emoções. As discussões a respeito da oferta da escolaridade para toda a população somente foram possíveis no momento em que as classes

altas e médias já se percebiam francamente civilizadas e quando perceberam que isso lhes permitia enfrentar a idéia de que a civilização dos povos ainda não se completara. Isso implicava processos de homogeneização cultural e de *habitus* possibilitados pela escolarização obrigatória, que não teriam sido fundamentais para completar o processo civilizatório mediante novas formas de socialização. Foram ampliados à população novos modelos de autocoerção, o domínio das emoções, os sentidos de vergonha e pudor, disseminando outra configuração de sociedade ao inventar a educação escolarizada como categoria de atividade social (VEIGA, 2002).

Diferentemente desta cultura escolar, os educadores do século XIX propunham novas visões de mundo. A partir do final do século XIX nas sociedades ocidentais destacaram-se a “escola nova”. Os propagadores dessa pedagogia tinham uma nova concepção do tempo e do espaço escolares, assim como do material didático e do processo de transmissão do conhecimento, propondo uma educação ativa integrada às exigências da velocidade, do automatismo industrial e da eficiência de resultados. Agora os processos socializadores que compunham a escola buscavam abrir o espírito para uma cultura geral da capacidade de julgar, mais que conhecimentos memorizados. Havia um esforço em transmitir 1) uma cultura duplicada pela espontaneidade e pelos gostos preponderantes; 2) um ensino baseado sobre os fatos e a experiência; 3) um ensino baseado na atividade pessoal da criança. Nesta cultura escolar o trabalho individual do aluno consistia numa investigação, seja nos fatos, seja nos livros ou jornais. Em relação à formação moral, deveria ser instituída a fé no progresso individual e social, assim como a preparação do cidadão capaz de preencher seus deveres para com a pátria e a humanidade.

A partir destes exemplos podemos observar o papel primordial da Educação no processo de socialização do ser humano, sobretudo por que a sociabilidade é projetada. Quando falamos de socialização com franca intencionalidade, e o fazemos através de processos formais, socialmente sancionados, falamos em Educação. Como vimos nos pensadores discutidos nas nossas primeiras aulas, sobretudo a partir do pensamento de Émile Durkheim, Karl Marx e Pierre Bourdieu, os processos educativos podem assumir várias funções. Desde a conservação social até mesmo a formação de revolucionários. Neste aspecto, interessa aos educadores o entendimento de como funcionam objetivamente os mecanismos sociais que levam os jovens ao enquadramento social. Sendo assim, o estudo de outras formas de socialização vivenciados em culturas distintas pode nos esclarecer pontos obscuros a respeito da nossa cultura e da dinâmica das instituições educacionais da sociedade contemporânea.

CONCLUSÃO

Recentemente um casal de educadores visitou inúmeras escolas para matricular seu filho. Era a primeira experiência escolar do garoto. Durante as visitas os pais identificaram algumas características importantes nos estabelecimentos de ensino: a estrutura física, a qualificação dos profissionais e a proposta pedagógica. Além disso, foi observada também a matriz cultural adotada em cada unidade de ensino. Havia uma orientação conservadora ou mais progressista? As crianças eram socializadas em valores católicos, evangélicos ou laicos? A escola estimulava valores individualistas ou cooperativos? Depois de muita discussão optou-se pela matrícula do menino numa instituição com uma proposta mais inovadora. Evidentemente que muitos pais não demonstram preocupações quanto aos critérios elencados à escolha da socialização secundária que será ministrada aos seus filhos. Outros fatores como condições econômicas e proximidade geográfica poderão influenciar nas decisões. Entretanto, ao analisarmos a escola é fundamental entendê-la como parte de uma cultura mais ampla, que se diferencia em contextos sociais específicos. O que acontece numa biografia é apenas que a intensidade e o alcance da socialização diminuem depois da primeira fase da infância. Nesse sentido, uma pergunta é basilar ao investigarmos a relação entre Educação e cultura: qual o aluno idealizado pelo sistema escolar? Está evidente que a relação entre escola e cultura é inerente ao processo educativo. Não há Educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e no momento histórico em que se situa. Deste modo, a escola é uma instituição cultural, construída historicamente no contexto da Modernidade para transmitir cultura.

RESUMO

A socialização é o processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser membro da sociedade. Consiste na imposição de padrões sociais à conduta individual. Através da socialização o organismo individual é moldado pela sociedade. O mundo exterior passa a ser visto como seu mundo pelo indivíduo. É o processo pelo qual as pessoas aprendem a sua cultura. Elas o fazem (1) adotando e abandonando uma série de papéis e (2) tornando-se conscientes de si próprias enquanto interagem com outros. Um papel é o comportamento esperado de uma pessoa que ocupa uma determinada posição na sociedade. Nossa capacidade de aprender cultura e de nos tornarmos humanos é apenas potencial. Para que ocorra, a socialização deve liberar esse potencial humano. É a partir dela que adquirimos um capital cultural. Esse compreende o conhe-



cimento, as habilidades, as informações sociais. A partir da socialização vivenciada desde os primeiros anos na escola incorporamos valores como “naturais”. Ficou evidente que a escola tem importância basilar na socialização. É o sistema escolar que define qual a cultura escolar que será transmitida aos alunos. Ao analisarmos a escola é fundamental entendê-la como parte de uma cultura mais ampla, que se diferencia em contextos sociais específicos.

ATIVIDADES

Educação e Direitos Humanos



“O debate sobre os direitos humanos e a formação para a cidadania no Brasil vem alcançando mais espaço e relevância a partir da Nova República, sob iniciativa da sociedade civil organizada e de proposições governamentais no campo das políticas públicas, visando ao fortalecimento da democracia.

Esse movimento é referendado em instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, sob a inspiração da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, bem como da Constituição Federal de 1988, que define o Brasil como um Estado Democrático de Direito, cujos fundamentos são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Com o advento da atual Constituição Federal, novos documentos surgem no cenário nacional, como resultado da mobilização dos movimentos sociais, na perspectiva de impulsionar agendas, programas e projetos na materialização da defesa e promoção dos direitos humanos, a exemplo dos Programas Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as legislações de combate à discriminação racial e à tortura, bem como as recomendações das Conferências Nacionais de Direitos Humanos.

No entanto, a despeito dessa mobilização e movimentação para a concretização do Estado Democrático de Direito, persiste um distanciamento entre os marcos normativos e a realidade da maioria da população brasileira.

O contexto nacional, historicamente, tem se caracterizado por desigualdades e pela exclusão econômica, social, racial e cultural, decorrentes de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizaram os direitos civis e políticos, em detrimento dos direitos econômicos, sociais e coletivos.

Essa realidade reflete uma enorme concentração de riqueza em que o Brasil apresenta-se, hoje, no quadro internacional, com uma das maiores desigualdades de renda do mundo. Conseqüentemente, os avanços na área

dos direitos humanos são muito tímidos, principalmente no que se refere aos direitos humanos, entendidos como os direitos de todo ser humano, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, cultura, religião, opção sexual, opção política, ou qualquer outra forma de discriminação. São os direitos decorrentes da dignidade do ser humano, abrangendo, dentre outros: os direitos à vida com qualidade, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança, ao trabalho e à diversidade cultural.

Essa concepção de direitos humanos incorpora a compreensão de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da diversidade, e na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos. A democracia, ao ser entendida como regime alicerçado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos, é fundamental para o reconhecimento, a ampliação e a concretização dos direitos.

Nesse entendimento, o processo de construção da Cid Ada ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, e protagonistas da materialidade das normas e pactos que os regulamentam, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações.

Nesse processo, a educação é tanto um direito humano em si mesmo, como um meio indispensável para realizar outros direitos, constituindo-se em um processo amplo que ocorre na sociedade. A educação ganha maior importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades e a elevação da auto-estima dos grupos socialmente excluídos, de modo a efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, no desenvolvimento de valores, crenças e atitudes em favor dos direitos humanos, na defesa do meio ambiente, dos outros seres vivos e da justiça social.

A educação, nessa perspectiva, contribui também para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos direcionada:

- Ao fortalecimento do respeito aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano;
- ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e senso de dignidade;
- À prática da tolerância, do respeito à diversidade de gênero e cultura, da amizade entre todas as nações, povos indígenas e grupos raciais, étnicos, religiosos e lingüísticos;
- À possibilidade de todas as pessoas participarem efetivamente de uma sociedade livre.

Esse direcionamento é referendado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ao afirmarem que toda pessoa tem direito à educação, orientada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana, e for-

talecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.” (BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Plano Nacional de Direitos Humanos. 2004. Disponível em <http://www.uasb.edu.ec>)

A partir da leitura do texto reflita:

1. De acordo com as propostas do Plano Nacional de Direitos Humanos pretende-se socializar os alunos brasileiros em novos valores educacionais. Quais seriam estes?
2. O Plano em si será suficiente para amenizar e impedir práticas preconceituosas?

Com base em que valores está fundamentada a perspectiva educacional proposta pelo Plano?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Seria oportuno que os colegas estabelecessem um debate na plataforma sobre práticas preconceituosas na escola e exemplificasse com casos reais. Discutissem também como tais práticas são construídas pela socialização.

PRÓXIMA AULA

Educação e Estratificação Social.



AUTO-AVALIAÇÃO

Sou capaz de “desnaturalizar” as práticas sociais?
Consigo estabelecer relação entre Cultura, Socialização e Educação?



REFERÊNCIAS

BERGER, Peter Berger. **Perspectivas Sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 1977. ____; BERGER, Brigitte. “O que é uma instituição social?”. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leitura de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1980, p. 193-199.

- _____. BERGER, Brigitte “Socialização: como ser um membro da sociedade”. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leitura de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1980, p. 200-214.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.
- BRYM, Robert J. et alli. **Sociologia: sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Thompson, 2006.
- CARVALHO, José Jorge de. O Jogo das Bolinhas de Vidro. Uma Simbólica da Masculinidade. **Anuário Antropológico**, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987, p. 191-222.
- ELIAS, Nobert. A Civilização como Transformação do Comportamento Humano. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994. p. 65-202.
- FALCON, Francisco José Calazans. “Tempos Modernos: a cultura humanista” In: _____ e RODRIGUES, Antônio Edmilson M. **Tempos modernos: ensaios de história cultural**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2000. p. 21-48.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. , Porto Alegre: Artmed, 2005.
- JÚLIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº1, Jan/Jun., 2001, p.09-43.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio/jun/ago 2003, p. 156-168.
- TOSCANO, Moema. **Introdução à Sociologia Educacional**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, set./out.dez. 2002, n. 21, p. 90-103.
- _____. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.